

PROGRAMA DE GOVERNO

COLIGAÇÃO SANTANA É DAQUI PRA MELHOR

PP – PT/PcdoB/PV - UNIÃO BRASIL

SOLIDARIEDADE – REPUBLICANOS

PDT - MDB - PSD – PSOL/REDE

SEBASTIÃO FERREIRA DA ROCHA

Candidato a prefeito

MARIA ISABEL NOGUEIRA DE SOUSA

Candidata a vice-prefeita

SANTANA/AP
Agosto – 2024

ÍNDICE

I.	APRESENTAÇÃO.....	04
II.	HISTÓRICO DE SANTANA-AP.....	06
III.	PRINCÍPIOS E VALORES.....	07
IV.	EIXOS ESTRATÉGICOS DO PROGRAMA DE GOVERNO.....	08
1.	GESTÃO E INOVAÇÃO TECNOLÓGICA.....	08
1.1.	MODELO DE GESTÃO.....	08
	PROPOSTAS.....	09
1.1.	CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO.....	09
1.2.	COMBATE À CORRUPÇÃO.....	09
1.3.	TRANSPARÊNCIA.....	09
1.4.	MODERNIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA.....	09
2.	DESENVOLVIMENTO HUMANO.....	10
2.1.	CULTURA.....	10
2.2.	JUVENTUDE.....	11
2.3.	MULHERES.....	12
2.4.	PESSOAS COM DEFICIÊNCIA – PDC.....	13
2.5.	ESPORTE E LAZER.....	14
2.6.	AFRODESCENDENTES.....	14
2.7.	MELHOR IDADE	15
3.	DESENVOLVIMENTO SOCIAL.....	16
3.1.	EDUCAÇÃO.....	16
3.1.1.	POLÍTICA DE VALORIZAÇÃO.....	17
3.1.2.	REFORMA, AMPLIAÇÃO E CONSTRUÇÃO.....	17
3.1.3.	PROGRAMAS E PROJETOS.....	17
3.2.	SAÚDE.....	18
3.2.1.	CONTROLE INTERNO.....	19
3.2.2.	ATENÇÃO PRIMÁRIA EM SAÚDE.....	19
3.2.3.	SAÚDE BUCAL.....	19
3.2.4.	VIGILÂNCIA EM SAÚDE- CVS.....	19
3.2.5.	MÉDIA COMPLEXIDADE.....	20

3.2.6.	ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA.....	21
3.3.	ASSISTÊNCIA SOCIAL.....	21
3.4.	SEGURANÇA PÚBLICA MUNICIPAL.....	22
4.	DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO.....	22
	PROPOSTAS PARA ÁREA ECONÔMICA	24
5.	DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITACIONAL.....	25
	PROPOSTAS PARA O EIXO DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITAÇÃO.....	28
6.	SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL.....	29
6.1.	GESTÃO AMBIENTAL.....	29
6.2.	ÁREAS PROTEGIDAS E SERVIÇOS AMBIENTAIS.....	29
6.3.	GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS.....	30
6.4.	EMIÇÃO DE GAZES DE EFEITO ESTUFA.....	30
6.5.	PRÁTICAS SUSTENTÁVEIS.....	30
6.6.	CIDADES RESILIENTES.....	31

I. APRESENTAÇÃO

Um programa de Governo é um testemunho de como um grupo político propôs conduzir, através de seus líderes, a sociedade em um determinado momento histórico. É a síntese de toda uma trajetória política que atingiu seu momento de maior enlevo ao descrever para a posteridade seu projeto de transformação de mundo e de construção de sociedade. Os candidatos que ora o subscrevem construíram suas trajetórias em estradas distintas, mas no mesmo campo e direção: um estado republicano, dentro de uma sociedade justa e democrática, governada de forma participativa, inclusiva, desenvolvimentista, dentro dos melhores valores humanistas da sociedade moderna.

O Programa de Governo proposto para o município de Santana é um desdobramento de um momento histórico de união de mulheres e homens que, em meio a um conjunto de crises sistêmicas e globais, conseguiram, nos rincões da Amazônia, liderar seu povo fazendo-o não apenas sobreviver e superar uma pandemia conjuminada com uma crise ambiental e política, mas conseguiram ir além reconstruindo infraestruturas, retirando milhares de pessoas da desassistência e extrema pobreza, alcançando e dando voz aos distritos celebrando a nossa cultura e identidade, reduzindo o analfabetismo, ampliando e diversificando a rede de atenção à saúde. Tudo isso sem menosprezar o setor econômico, que prosperou com o crescimento do PIB municipal de 6,6%, superior aos 4,6% do PIB brasileiro no mesmo ano.

Nos últimos quatro anos, a Prefeitura Municipal de Santana modernizou seus processos de gestão implantando ferramentas organizacionais fundamentais para a promoção da governança e transparência, merecendo destaque: a) implantação de software de gestão, antes da obrigação da legislação nacional; b) digitalização de seus processos administrativos; c) implantação da nova lei de licitação, sendo pioneira na implantação a nível nacional, fortalecendo a adoção de concorrência pública. Estas ações, implantadas desde os primeiros dias de governo, contribuíram para a melhoria da sua pontuação nos índices de transparência e finanças.

Avançamos! As propostas apresentadas e aprovadas democraticamente pelo convencimento e diálogo com todos em vista do bem comum, desde as autoridades federais e estaduais, alcançando ainda as principais lideranças locais, políticas e populações beneficiárias de políticas públicas. Demos prova de que os seculares princípios da democracia sempre direcionam a sociedade a períodos de paz e prosperidade. Santana ficou melhor com a ajuda de todos!

Apesar dos avanços nos indicadores de todas as áreas, ainda temos muito a realizar. O passivo histórico da desassistência do Estado brasileiro com a Amazônia é um desafio geracional, que exige ações emergenciais e de longo prazo para superarmos as defasagens tecnológicas e de infraestruturas. Tal defasagem gerou percentuais contínuos e elevados de pessoas na extrema pobreza, o que agrava as outras mazelas sociais como habitações subnormais, baixo rendimento educacional, violência e insegurança alimentar, que ampliam os problemas de saúde.

Com as modernizações implantadas na Prefeitura de Santana, construímos as bases de uma cidade moderna. Caminhamos a passos largos para: implantação de portos públicos e privados; instalação de grandes empreendimentos; estruturação tecnológica e sustentável da cidade com painéis solares, redes de fibra ótica, praças digitais, iluminação pública em LED; ampliação dos equipamentos sociais e de lazer como praças e arenas esportivas. Assim, rumamos para criar as bases fundantes de uma cidade próspera, geradora de empregos,

democrática e humana. Para a nova etapa de desenvolvimento que almejamos para Santana, pretendemos realizar ações que consolidem a atuação da gestão, dentre elas destacamos:

- Ampliar a qualidade de vida da população de Santana, com efetividade na execução das políticas de saúde, educação e assistência;
- Reforçar a participação efetiva da sociedade na elaboração e execução de políticas públicas, consolidando o envolvimento na tomada de decisões de grupos historicamente marginalizados;
- Oportunizar novos negócios além de apoiar e fortalecer os negócios existentes, gerando emprego e renda para a população de Santana;
- Promover a sustentabilidade ambiental e a capacidade de resiliência do município de Santana;
- Efetivar infraestruturas urbanas amparadas em modelos de planejamento sustentável aprimorando a qualidade de vida da população do município;
- Consolidar o modelo de gestão amparado na governança e na participação efetiva da sociedade.

O alcance dos objetivos desta nova etapa de gestão que propomos está alicerçada em bases que envolvem a participação de todos e execução de propostas vinculadas a seis eixos de gestão: DESENVOLVIMENTO SOCIAL; DESENVOLVIMENTO HUMANO; DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO; SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL; DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITACIONAL; E GESTÃO E INOVAÇÃO TECNOLÓGICA. É responsabilidade da nossa gestão assegurar o cumprimento das propostas vinculadas aos seis eixos definidos.

SEBASTIÃO BALA ROCHA

ISABEL NOGUEIRA

II. HISTÓRICO DE SANTANA-AP

As terras santanenses foram habitadas pelos primeiros colonizadores pré-históricos por volta de 11,2 mil anos atrás que, ao cruzar o istmo do Panamá, foram confrontados com o maciço das Cordilheiras dos Andes. Daí, tiveram que contornar suas bordas para poder seguir para o interior do continente costeando o litoral Atlântico das atuais Colômbia, Venezuela e Guianas, se espalhando do Amapá para todo o restante da América do Sul.

Treze séculos A.C., os grupos humanos que produziram a cerâmica Aruã ocuparam as ilhas do baixo Amazonas, em frente ao litoral de Santana, nos alcançando pontualmente. Entre os anos 100 e 900 da Era Cristã, uma nova onda de ocupação ocorre pela população que produziu as cerâmicas das fases Aristé e Mazagão, com presença dominante na região que vai do Jari até as bacias que banham o interior das terras santanenses, alcançando os limites do Rio Araguari, atingindo o auge de seu florescimento cultural “*no mesmo período da Idade Média, na Europa, e similar ao período do ápice do império Inca, nos Andes*” (Saldanha 2021). Esta fase histórica dos povos amazônicos encontrou seu declínio próximo da chegada dos europeus e ainda hoje não há consenso que aponte uma causa.

Durante as grandes navegações, diversos exploradores visitaram e comercializaram com a nação Tucujus, residente em nossas terras, sendo progressivamente ocupada por ingleses a partir de meados de 1612, implantando os fortes Phillip, Cumaú e Pataccue - ou North, para a produção de colorau, tabaco, madeira e cana de açúcar.

Santana foi conquistada por luso-brasileiros em 9 de julho de 1632, liderados por Bento Maciel Parente. Fruto desta conquista, em 14 de junho de 1637, o rei Filipe IV anexa definitivamente ao Brasil a porção das terras do Cabo do Norte, estabelecendo seus limites muito próximos ao atual Amapá: é o marco legal constitutivo do estado que passa a ter o primeiro dirigente brasileiro legalmente constituído em 30 de maio de 1639 quando Bento Maciel Parente foi empossado como donatário da Capitania do Cabo do Norte.

Em 1658, o Forte Cumaú passa a ser denominado “Cumaú Português” e, posteriormente, em 1688, Forte Santo Antônio de Massapá, invadido pelos Franceses em 31 de maio de 1697 e reconquistado pelos brasileiros em 28 de junho de 1697. Deteriorado pelas inúmeras batalhas, sua guarnição é transferida para a Casa Forte da Ilha de Santana em 1729, criando o embrião do futuro povoado, instituído em 04 de fevereiro de 1758. Após ser constituído como povoado – equivalente hoje a distrito – pelo governador do Grão Pará, Mendonça Furtado, devoto de Santa Ana, nossa cidade desaparece da cartografia e documentos históricos dos séculos XVIII e XIX por estar incorporada à freguesia de Macapá.

Com o advento da república, Santana perde a distinção de distrito e o renascimento da cidade se dará a partir da descoberta das jazidas de manganês em Serra do Navio e consequente instalação da ICOMI, no ano de 1956, quando experimentamos um crescimento populacional exponencial, retornando à condição de distrito em 1981, pela Lei nº 153/81 - PMM, que foi efetivada em 01 de janeiro de 1982, tendo o pioneiro Francisco Correa Nobre como nosso primeiro agente distrital.

Santana foi elevada à categoria de município através do Decreto-Lei nº 7.639/87, no dia 17 de dezembro de 1987, que nomeou o professor Heitor de Azevedo Picanço para exercer o cargo de prefeito interino por meio do Decreto nº 0894/88, promulgado pelo governador Jorge Nova da Costa, com a missão de estruturar o município para a posse do primeiro prefeito eleito, Rosemiro Rocha Freires, ocorrida em 15 de novembro de 1988.

III. VALORES E PRINCÍPIOS

Princípios

- Democracia
- Republicanismo
- Ética
- Transparência
- Legalidade
- Efetividade
- Participação popular

Valores

- Gestão com responsabilidade
- Responsabilidade fiscal e ambiental
- Sustentabilidade
- Desenvolvimento regional
- Gestão moderna
- Diálogo com a população, iniciativa privada, autoridades e mandatários políticos

IV. EIXOS ESTRATÉGICOS DO PROGRAMA DE GOVERNO

O presente Programa de Governo - Eleições de 2024 - está organizado em seis eixos estratégicos. São eles:

Eixo 1: Gestão e Inovação Tecnológica.

Eixo 2: Desenvolvimento Humano.

Eixo 3: Desenvolvimento social.

Eixo 4: Desenvolvimento Econômico.

Eixo 5: Desenvolvimento Urbano e Habitacional.

Eixo 6: Sustentabilidade Ambiental.

1. GESTÃO E INOVAÇÃO TECNOLÓGICA

1.1 MODELO DE GESTÃO

O Modelo de Gestão constituído por Comitês Setoriais organizados por eixo de gestão visa a integração das secretarias e órgãos de primeiro escalão, promovendo uma abordagem colaborativa e uma operacionalização integrada das ações e serviços municipais, otimizando os recursos humanos, materiais e financeiros, agilizando processos e gerando uma política pública mais célere e resolutiva para a população.

Outro elemento constitutivo importante da governança é o planejamento e monitoramento das ações governamentais, o que já se constitui nas boas práticas da governança atual que deverá ser paulatinamente aperfeiçoada, sobretudo nos campos orçamentário, financeiro, serviços e obras públicas.

Persistiremos a pautar a administração de forma democrática, eficiente e transparente, com mecanismos de decisão popular em suas ações, tanto no planejamento quanto na execução, com objetivo de dar credibilidade à boa prática da gestão pública. Neste sentido, este programa propõe não apenas ouvir os anseios da população, mas também tornar mais claros e bem divulgados todos os gastos, investimentos e receitas da Prefeitura e suas autarquias, garantindo um maior destaque para o papel da Ouvidoria e dos Conselhos como instrumentos de controle social e monitoramento das demandas da população santanense.

Iremos manter a política de valorização dos servidores municipais, tanto a nível salarial quanto no cioso cuidado para manutenção de ambientes de trabalhos saudáveis, promovendo uma cultura de paz e equilíbrio na relação entre seus direitos e deveres, sempre de acordo com as legislações vigentes, assegurando a regularidade do serviço à população.

A organização, celeridade e transparência se dará pela ampliação de instrumentais tecnológicos, já aplicados na governança municipal, que resultaram no crescimento histórico da arrecadação e da melhoria nas notas de transparência. O gerenciamento integrado de dados da Prefeitura e da cidade a partir dos sistemas implantados e dos que estão em fase de implantação darão a segurança da progressiva ampliação dos bons indicadores já alcançados, constituindo uma governança alinhada com o que há de mais moderno na gestão pública a nível mundial.

1.1. CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

- Modernizar a gestão com a ferramenta Tecnologia da Informação (TI), utilizando aplicativos e softwares que facilitem a interação entre a gestão e o cidadão, dinamizando e facilitando o acesso dos usuários a todas as informações da gestão.
- Articular um Centro de Gestão de Dados provendo o município de Santana com serviço de business intelligence – B.I destinado a melhorar o desempenho dos indicadores socioeconômicos do município.
- Aperfeiçoar os instrumentos de gestão e a capacidade de atendimento das demandas da população através dos canais de comunicação, para termos uma Santana mais participativa e transparente.
- Implementar o programa "Santana, Cidade Inteligente e Humana."

1.2. COMBATE À CORRUPÇÃO

- Criar o centro de fiscalização e controle interno do município, com PGM, CGM e Corregedoria juntas.
- Combater a corrupção por meio de auditorias estratégicas e de controle interno, com modernos instrumentos de gestão.
- Buscar maior apoio e mais parcerias com os órgãos de controle e de fiscalização, com a finalidade de fomentar ações estratégicas de controle e de combate ao desperdício e à corrupção.

1.3. TRANSPARÊNCIA

- Aperfeiçoar o Portal Municipal da Transparência, atendendo à legislação brasileira e disponibilizando, de forma crescente, as informações da gestão municipal aos cidadãos santanenses.
- Implantar canal físico e virtual que interligue as ações da gestão diretamente à comunidade, via QR CODE, colocados em lugares públicos de grande circulação.
- Manter a política de editais e prevalência de concorrência pública em todos os contratos celebrados com a municipalidade.
- Estabelecer como meta de gestão ultrapassar a média nacional da Escala Brasil Transparente (EBT), da Controladoria Geral da União.

1.4. MODERNIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

- Combater a sonegação fiscal com a implementação de mecanismos modernos de fiscalização como cruzamento de dados e inteligência artificial; fortalecimento da relação com o contribuinte, oferecendo canais de comunicação eficientes, facilitando o acesso à informação; incentivo à autorregularização com a oferta de programas de anistia e acordos transacionais.
- Ampliar a base de contribuintes através do cadastramento formal de empresas e profissionais que ainda não contribuem com o município; combate à

informalidade, com medidas de incentivo à regularização e fiscalização rigorosa, além de revisão periódica da legislação fiscal para garantir que ela esteja adequada às necessidades do município.

- Promover a desburocratização pela simplificação dos processos de abertura e legalização de empresas, reduzindo a burocracia e o tempo necessário para a obtenção das licenças.
- Conceder incentivos fiscais para os grandes empreendimentos que desejem se instalar no município mediante as regras da Lei de Atração de Investimentos.
- Criar um sistema de monitoramento regular da execução orçamentária e financeira metrificados por indicadores de desempenho estabelecidos em lei.
- Conduzir uma política fiscal desenvolvimentista visando impulsionar a expansão do PIB ao promover a redução da burocracia e a atração de investimentos nacionais e internacionais.
- Assegurar o equilíbrio fiscal por meio de responsabilidade na gestão fiscal com aumento da receita orçamentária por meio da eficiência e eficácia da arrecadação e controle do gasto público.
- Aumentar captação de recursos via operações de crédito, emendas parlamentares federais e transferências voluntárias da União, a partir da contínua articulação com a bancada federal e com a União, destinadas a viabilizar projetos estruturantes, necessários ao desenvolvimento da cidade
- Ampliar a receita por meio da eficiência e do aumento da base de contribuintes, reduzindo impostos, estimulando a atividade empreendedora, os investimentos e a geração de emprego e renda, além de aperfeiçoar a legislação tributária.
- Estimular a atração de empresas para o município.
- Obter certificação PRÓ-GESTÃO do Regime Próprio de Previdência nos termos da Portaria MPS nº 185 de 2015.
- Promover certificação de dirigentes e conselheiros da Previdência Municipal;
- Alcançar e manter o Certificado de Regularidade Previdenciária (CRP) estabelecido na Lei nº 9.717, de 27 de novembro de 1998.

2. DESENVOLVIMENTO HUMANO

Somos um governo que possui como fundamento cuidar das pessoas, tendo todos os demais eixos voltados para assegurar que o indivíduo tenha as melhores condições de se desenvolver plenamente na sociedade. Pessoas bem cuidadas governam melhor, produzem mais, cuidam da sua cidade e do meio ambiente formando um ciclo virtuoso de boas práticas sociais. As políticas públicas voltadas para os segmentos da cultura, juventude, mulheres, afrodescendentes e idosos permanecerão como um pilar da governança obedecendo os preceitos constitucionais e garantindo dignidade humana aos nossos munícipes.

2.1. CULTURA

- Implementar o Sistema de Informações e Indicadores Culturais de Santana – SIICS.
- Realizar edital de credenciamento artístico e cultural.
- Criar os departamentos de Eventos e Festividades, de Desenvolvimento e Fruição Artística e de Patrimônio Cultural e Memória.
- Criar editais de oficinas, workshops, aperfeiçoamento e qualificação em diversas áreas da arte e cultura para uso contínuo do equipamento cultural cineteatro Silvio Romero.
- Elaboração de um Plano de Registro e Salvaguarda de locais de interesse histórico e Plano de Educação Patrimonial do Município de Santana contendo a Revista do Patrimônio Cultural, Arqueológico e Artístico de Santana.
- Fortalecer a cadeia produtiva e da economia criativa da cultura.
- Construir e ou melhorar os equipamentos públicos destinados à cultura;
- Assegurar uma sede ao Conselho de Cultura.
- Construir memoriais para homenagear grandes personalidades da cultura de Santana.
- Implantar uma política de teatro inclusivo.
- Garantir editais específicos para área de patrimônio, identidade e memória.
- Instituir legalmente o Calendário de Eventos Culturais do município.
- Estabelecer diálogo constante com os setores da cultura tratando de suas demandas específicas.

2.2. JUVENTUDE

Os jovens no Brasil sempre foram, dentre os segmentos sociais, os que mais enfrentaram obstáculos para seu pleno desenvolvimento por causa da desigualdade social e econômica, refletidas na qualidade da educação formal e informal, na saúde e na escassez de oportunidades no mercado de trabalho. Além disso, muitos desses jovens moram em áreas historicamente marcadas pela violência e desestruturadas urbanisticamente, com carência de espaços contemplativos, de fruição, de práticas desportivas e de acesso à cultura. Tais ambientes desagregadores constituem um desafio para o pleno desenvolvimento psicossocial, com desdobramento, inclusive, na estrutura familiar.

Outros desafios estão relacionados à estrutura social, eivada de discriminações e preconceitos de orientação sexual, cor, raça e gênero que permanecem como ameaças para o pleno desenvolvimento social, perpetuando ciclos de pobreza e desigualdade. Estes ainda são obstáculos que precisam ser enfrentados através de uma ação transversal de todas as demais políticas municipais, por isso propomos:

- Promover a participação social e política dos jovens através de qualificação, treinamento e orientação para a constituição de suas entidades representativas, incentivando a participação ativa dos jovens em processos decisórios, conselhos e movimentos sociais.

- Promover cursos e qualificações com foco em competências voltadas ao século XXI, que auxiliem na autonomia, empoderamento e superação dos ciclos de pobreza, inclusive, estabelecendo parcerias com a iniciativa privada para garantir vagas nos programas Primeiro Emprego e Menor Aprendiz.
- Implantar projetos de capacitação profissional e incentivos ao empreendedorismo juvenil.
- Incentivar a inserção dos jovens nas ações de saúde, com ênfase em saúde mental, prevenção de doenças e promoção de hábitos saudáveis.
- Promover o acesso à tecnologia e internet de qualidade, além de programas de educação digital para reduzir a exclusão digital.
- Inserir a juventude no calendário de atividades culturais e esportivas como ferramentas de inclusão social e desenvolvimento pessoal e, sempre que possível, ampliar os espaços públicos que tenham áreas reservadas e seguras para a prática de esportes radicais, prática de danças de rua, atividades como empinar pipas etc.
- Promover políticas que combatam todas as formas de discriminação e resultem na igualdade de gênero, raça, etnia e orientação sexual.
- Reforçar e ampliar as estratégias para prevenção de violências e oferecer proteção e apoio a jovens em situação de vulnerabilidade.
- Garantia de transporte acessível, seguro e de qualidade para facilitar o acesso dos jovens a oportunidades educacionais e profissionais.
- Envolver os jovens em ações voltadas a uma cultura de paz, sustentável e humanista.
- Oferecer suporte social e assistência a jovens em situação de vulnerabilidade e com necessidades especiais, incluindo apoio psicossocial.
- Ampliar o número de vagas do programa municipal preparatório para o ENEM e para concursos públicos.
- Realizar parceria com universidades, institutos, ONGs, instituições multilaterais, governos e o Sistema S visando a ampliação e complementação das políticas para a juventude.

2.3. MULHERES

A realidade recente nos mostra como a sociedade brasileira trata a questão de gênero. Em tempos de pandemia, em que precisamos ficar mais tempo juntos, mostrou-se um agravante em que estamos longe de sermos respeitosos uns com os outros no que se refere à questão de gênero.

Trata-se da relação entre dois gêneros na qual a mulher está sempre em segundo plano. Com isso, continuamos a luta incessante para buscar alternativas para minimizar ou dizimar essa educação truncada do que é ser mulher. Este é um dos pilares de nossa plataforma de governo.

Nesse contexto, em que há urgência em mudar tal condição, nosso governo terá a responsabilidade de implantar políticas educativas permanentes, no sentido de mudar a

mentalidade das pessoas e tornar a vida da mulher igual à dos homens em termos de valores e importância.

Segundo dados da Delegacia da Mulher de Santana (RAMS), a cada 2 horas e 49 minutos uma mulher é violentada, não diferente das demais cidades brasileiras. Esta situação nos leva a refletir sobre como diminuir e/ou erradicar essa violência que assola os lares santanenses. Daí a importância em tornar a Coordenadoria da Mulher mais atuante, com autonomia de buscar parcerias que possam desenvolver políticas sociais relacionadas à não-violência contra a mulher, para que se possa criar vínculos positivos que tragam resultados à população local no quesito erradicação dessa violência.

- Manter e reforçar a conexão da Prefeitura com a Rede de Atendimento à Mulher em todos os setores, garantindo visibilidade à população da real importância do enfrentamento à violência contra a mulher, no sentido de enfrentar o crime de feminicídio.
- Prover campanhas de enfrentamento à vulnerabilidade de crianças e jovens em razão da orientação sexual e identidade de gênero, promovendo o combate ao abuso e à exploração sexual em parceria com os Juizados e Promotorias da Criança e do Adolescente.
- Implantar a política de transversalidade de gênero em todas as secretarias de governo, inserindo o "Currículo Vivo."
- Implantar política de empreendedorismo para a mulher vítima de violência, ofertando também o apoio à sua saúde, valorização a autoestima.
- Oferecer capacitação para as usuárias do segmento.
- Implantar o CRAM itinerante nas escolas.
- Implantar nas UBS uma sala acolhedora.
- Incentivar o primeiro emprego voltados para mulheres adultas (+ 30 anos) que não possuem formação e nunca trabalharam formalmente.
- Criar políticas públicas direcionadas para o fortalecimento de mulheres negras do campo, das florestas e ribeirinhas, para garantir acesso aos serviços públicos.
- Criação de Unidade de Resposta Audível – URA especializada para mulheres.
- Elaborar programa de defesa pessoal, com cursos para mulheres e meninas de forma gratuita e acessível.
- Implantar a Casa da Mulher Brasileira no município.

2.4. PESSOAS COM DEFICIÊNCIA - PCD

- Prover a manutenção e a criação de vias de acesso para pessoas com deficiência, possibilitando a equidade de acesso aos imóveis públicos, assim como a móveis com estruturas adaptáveis para acesso deles.
- Instituir o Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência, cabendo a este a definição das normas e critérios de qualidade dos serviços, certificá-los e monitorá-los, primando pela qualidade do seu atendimento às pessoas.

- Criar e fortalecer o Fundo Municipal da Pessoa com Deficiência, determinando como fonte de repasse verbas da saúde, educação e assistência social.
- Garantir que as obras executadas pelo poder executivo municipal e instituições privadas, cumpram as regras de mobilidade e acessibilidade.
- Desenvolver e apoiar programas esportivos especificamente adaptados para pessoas com deficiência.
- Implantar e ampliar ações de captação de recursos.
- Criar banco de dados de pessoas com deficiência e, por meio deste, direcionar políticas públicas.
- Realizar campanha publicitária “setembro Verde” no mês alusivo às pessoas com deficiência.
- Criar programa de inserção da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) no serviço público municipal.

2.5. ESPORTE E LAZER

- Ampliar os projetos de esporte e lazer de forma a atender as populações urbanas e rurais, dentro de suas especificidades culturais, e estruturar os espaços utilizados para práticas esportivas de competência do município.
- Garantir a continuidade dos programas esportivos existentes, tais como: Interdistrital, Copa das Seleções e Jogos Abertos, no calendário oficial do município.
- Fortalecer parcerias com federações esportivas, entidades privadas, organizações sociais e com as representações de bairros para construção de políticas integradoras que promovam o desenvolvimento humano da pessoa em sua integralidade.
- Estruturar a Secretaria Municipal de Esportes e Lazer.
- Revitalização das arenas existentes no município.
- Construir arena de piso sintético no distrito de Igarapé do Lago.
- Realizar caravana do esporte nos bairros e distritos.
- Revitalizar escolinhas de futebol, vôlei, basquete, natação e futsal e continuar trabalhando nos campeonatos institucionais de Santana.

2.6. AFRODESCENDENTES

Já se passaram mais de 130 anos da abolição da escravidão e o Brasil ainda é um país profundamente desigual socialmente e racialmente e os reflexos da desigualdade racial ganham contornos mais dramáticos por somar, em muitos casos, às mazelas da pobreza.

Em nosso governo, iremos elaborar projetos voltados para a construção de estratégias para o combate às desigualdades raciais em nosso município, pois dados evidenciam a necessidade urgente de se ampliar o combate às desigualdades raciais, garantindo-se acesso a direitos, bens e serviços, direitos estes garantidos na Lei n.º 1.519, de 25 de dezembro de 2010, e na

implementação da Lei nº 12.288, que instituiu o Estatuto da Igualdade Racial. Essas ações afirmativas garantem a transversalidade e a descentralização dessas políticas nas demais instâncias governamentais e com os poderes constituídos, garantindo o diálogo através de um canal de comunicação com todos os segmentos, em especial o movimento social negro nas suas variadas expressões. Nossa gestão será focada em ações e projetos de inclusão social, com foco na igualdade de oportunidades e no fortalecimento das políticas públicas, com a premissa de articulação e parcerias.

- Criar política transversal para um melhor atendimento dos direitos estabelecidos no Artigo 5º da Constituição Federal e leis específicas, com inclusão nas políticas públicas de desenvolvimento econômico e social, adoção de medidas, programas e políticas de ação afirmativa, promoção de ajustes normativos para aperfeiçoar o combate à discriminação étnica e às desigualdades étnicas no âmbito municipal.
- Estruturar a Secretaria Municipal de Igualdade Racial.
- Elaborar o Plano Municipal de Igualdade Racial e implementação do sistema.
- Promover a organização social do segmento, incentivando a participação de representantes destas comunidades, nos espaços de controle social.
- Ampliar a qualidade dos serviços públicos municipais oferecidos às comunidades rurais.
- Melhorar os acessos fluviais e terrestres dos distritos à sede municipal.
- Estimular, apoiar e fortalecer iniciativas oriundas da sociedade civil direcionadas à promoção da igualdade de oportunidades e ao combate às desigualdades étnicas.
- Implementar programas de ação afirmativa destinados ao enfrentamento das desigualdades étnicas no tocante à educação, cultura, esporte e lazer, saúde, segurança, trabalho, moradia, meios de comunicação de massa, financiamentos públicos, acesso à terra, à Justiça, e outros.
- Garantir o reconhecimento das sociedades negras, clubes e outras formas de manifestação coletiva da população negra, com trajetória histórica comprovada, como patrimônio histórico e cultural municipal, nos termos dos arts. 215 e 216 da Constituição Federal.
- Facultar o ensino da capoeira nas instituições públicas e privadas pelos capoeiristas e mestres tradicionais, reconhecidos pública e formalmente.
- Defender a inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias.
- Valorizar, sempre que possível, a participação da população negra e ribeirinha nas produções veiculadas pela comunicação municipal.
- Manter o apoio institucional ao Projeto Santana Fé e Tradições.

2.7. MELHOR IDADE

Em nosso governo haverá projeto dirigido especialmente à população idosa que venha prover a autonomia e a independência dessas pessoas, pois o envelhecimento da população é uma realidade que provoca mudanças e desafios que o município terá que enfrentar. Em nossa

gestão, iremos priorizar projetos de atenção ao idoso que se relacionem com o desenvolvimento econômico, social, cultural e ao lazer.

Nosso projeto terá como objetivo criar condições para prover a longevidade com saúde e qualidade de vida, aliado à necessidade de dispor de política devidamente expressa relacionada à saúde do idoso. Dados apontam que grande parte das mulheres idosas são viúvas e vivem só. Também, em nosso governo, iremos dar atenção especial às pessoas idosas que, por suas carências familiares e funcionais, não podem ser atendidas em seus próprios domicílios. Nossa proposta é de atender as necessidades básicas durante o dia e a noite, mantendo o idoso em seus lares e com sua família.

- Implantar programas e projetos destinados ao atendimento das pessoas idosas, principalmente as vulnerabilizadas pela pobreza, buscando assegurar seus direitos sociais, ou seja, criando condições para promover sua autonomia, integração e participação efetiva, conforme preconizam a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS 1997) e a Política Nacional do Idoso.
- Implantar cursos e treinamentos de tecnologia como curso de informática, uso de smartphones e computadores para conectar os idosos ao mundo digital, facilitando a comunicação com familiares e amigos.
- Criar grupos de discussão e apoio, encontros temáticos, sessões de apoio psicológico para lidar com questões emocionais e de saúde mental.
- Realizar programas culturais e de lazer, projetos comunitários e intercâmbio intermunicipal com outros grupos.

3. DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Atualmente, segundo dados do Censo de 2022 (IBGE 2022), Santana possui uma população de 107.618 habitantes. Entretanto, os dados censitários não apresentam a real situação da dinâmica demográfica de Santana, uma vez que não há dados reais sobre a população flutuante, oriundas principalmente das Ilhas do Pará, que utilizam os serviços estatais disponibilizados por Santana. A alta demanda de serviços estatais, em especial os serviços sociais e de saúde, ampliam a necessidade de promoção de ações contínuas da Prefeitura.

Na área social, se destaca no município o elevado número de usuários inscritos no CadÚnico, ampliado especialmente no período da pandemia da COVID-19, demanda percebida especialmente pelas, aproximadamente, 21.000 famílias de usuários inscrito que se beneficiam do Bolsa Família. Na Santana do futuro, queremos que estes números diminuam, mas entendemos que as famílias necessitadas têm pressa. A intensão é ofertar atendimento à população, em especial àqueles que estejam em situação de vulnerabilidade ou afastados do convívio familiar, seja de forma direta ou por meio de parcerias com instituições que atuam no município.

Na área da saúde tivemos significativos avanços, mas é necessário fazer mais. Atuar em ações preventivas, ampliar a qualidade do diagnóstico e promover ações que melhorem a saúde da população é parte significativa na SANTANA DO FUTURO. Santana é reconhecida nacionalmente como um dos municípios com melhores indicadores de vacinação, mas é preciso a vigilância contínua para que os números da vacinação sejam sempre inversos aos números de pessoas com doenças que podem ser prevenidas.

Entendemos que a prevenção e o diagnóstico preciso e antecipado garantem a diminuição de óbitos por doenças que podem ser tratadas ou evitadas. Mas também entendemos que oferecer tratamento de qualidade e acessível à população é uma obrigação do Município. A disponibilização de serviços de saúde em unidades hospitalares ou por meio de atuação dos agentes de saúde visa assegurar saúde a todos.

3.1. EDUCAÇÃO

A educação do município de Santana, desde a implementação do Plano Municipal de Educação (Lei 1.078/2015) para o decenal (2015-2025), passou por momentos desafiadores. Vale destacar que o IDEB no ano de 2015 foi de 4.6 e a projeção para 2023 é de 4.9. Ainda nesta perspectiva o Governo do Estado do Amapá, com o objetivo de melhorar os indicadores estaduais, criou o Sistema Permanente de Avaliação da Aprendizagem do Estado do Amapá – SISPAEAP que aferiu, em 2019, os indicadores de alfabetização no qual Santana encontrava-se na proficiência da leitura ao final do segundo ano do ensino fundamental I em 541 pontos e após o período pandêmico. Já no ano de 2023, houve um salto para 550 pontos, o que representa um aumento qualitativo na aprendizagem do aluno, fazendo com que ele leia e interprete textos com fluência.

Nos últimos anos, a despeito dos efeitos nocivos, oriundos da restrição de aulas presenciais na pandemia, o município tem tido melhoras substanciais na qualidade da alfabetização acompanhado por investimentos substanciais na melhoria da infraestrutura das escolas públicas, incluindo reformas e ampliações de unidades escolares. Em relação à política salarial, ainda que no ano de 2021 houvesse vedação legal para concessão de reajuste, o acumulado da somatória dos percentuais de reajustes salariais somaram ao Magistério de 55,18%, e aos Auxiliares Educacionais e Apoio Especializados de 61,62, contando com a gratificação de 30%.

Assim, cientes dos desafios que se apresentam, propomos:

3.1.1. POLÍTICA DE VALORIZAÇÃO

- Criar e gerir a política de formação continuada para os profissionais da educação em áreas técnicas e específicas ao seu cargo, bem como em novas tecnologias.
- Realizar parcerias com instituições públicas e/ou privadas visando a ofertar especialização lato e stricto sensu para os professores de quadro efetivo.
- Criar lei de incentivos e/ou premiação para os professores baseados em indicadores de avaliações SISPAEAP E IDEB.
- Manter um canal ativo de comunicação com o sindicato da classe para resolução de possíveis demandas.
- Implementar a valorização dos profissionais da educação, abarcando o apoio especializado e os auxiliares educacionais.
- Manter a política de valorização salarial da educação, trabalhando para mitigar defasagens e distorções históricas.
- Organizar a gratificação do gestor escolar, de acordo com o número de alunos que a escola atende, a nucleação e a geolocalização de lotação;
- Redefinir a gratificação de interiorização para o servidor, diferenciada de acordo com a localização geográfica dos servidores lotados na zona rural.

3.1.2. REFORMA, AMPLIAÇÃO E CONSTRUÇÃO

- Adquirir e legalizar terrenos para a construção de novas unidades escolares, de acordo com as condições orçamentárias e financeiras do município.
- Buscar parcerias junto à bancada e ao Governo Federal para construção, reforma e ampliação de prédios da rede pública municipal de ensino.
- Gestão para aperfeiçoar o fornecimento de rede elétrica nas escolas da zona rural.

3.1.3. PROGRAMAS E PROJETOS

- Garantir a universalização da educação infantil, de modo que eles estejam prontos para o ensino fundamental I.
- Fortalecer o regime de colaboração com o Governo do Estado para garantir a execução das ações do Programa Criança Alfabetizada.
- Ampliar a taxa de alfabetização, igualando ou superando os números regionais.
- Ampliar o conhecimento básico de Língua Portuguesa e Matemática dos alunos da rede pública municipal.
- Assegurar a continuidade do “Projeto Prepara Santana” promovendo o acesso da juventude à universidade e a concursos públicos.
- Garantir a igualdade de acesso e permanência nas escolas, em especial aos vulneráveis.
- Garantir o suporte pedagógico aos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, transversal a todos os níveis, etapas e modalidades.
- Ampliar estratégias para melhorar o índice de proficiência dos alunos no final do 2º ano e ao final do 5º ano.
- Adquirir livros didáticos e paradidáticos para a Educação Infantil, ensino fundamental I e paradidáticos para o projeto municipal de leitura “Asa De Papel.”
- Manter, ampliar e aperfeiçoar o projeto “Práticas Restaurativas” em toda a rede educacional, em parceria com o Ministério Público.
- Estabelecer ações de ampliação e Fortalecimento da gestão democrática.
- Reelaborar e regulamentar a proposta do ensino modular na zona rural de Santana.
- Implementar parcerias com a Secretaria Municipal de Saúde para ofertar atendimento oftalmológico aos alfabetizados com baixa visão.
- Reestruturar a Banda Municipal Maestro Raimundo Vaz, garantindo a participação dos alunos da rede municipal.
- Viabilizar a merenda escolar regionalizada para a rede municipal de ensino.
- Assegurar o repasse dos Caixas Escolares nas E.M.E.Bs., através do Programa de Apoio Financeiros às Escolas Municipais – PAFEM.

- Apoiar ações que possam permitir a ampliação do índice de desenvolvimento da educação básica- IDEB do município de Santana.
- Organizar matrículas para os anos subsequentes.
- Atualizar o cadastro dos alunos da rede no censo.
- Garantir vagas nas escolas da rede.

3.2.1. SAÚDE

Tendo como objetivo melhorar a atenção à saúde da população nos próximos anos, de acordo com os cinco eixos assistenciais da Saúde Municipal, a saber: Atenção Primária à Saúde, Atenção de Média Complexidade, Atenção à Saúde Bucal, Vigilância em Saúde e Serviço Farmacêutico e Insumos, apresentamos as propostas abaixo relacionadas, considerando as necessidades sociais e institucionais identificadas, e propomos:

32.1. CONTROLE INTERNO

- Implantar e aperfeiçoar o controle, a avaliação e a regulação dos processos, mediante auditoria interna e ouvidoria com o objetivo de verificar sua adequação aos critérios e parâmetros de eficácia, eficiência e efetividade estabelecidos para o Sistema de Saúde por meio de verificação operativa.

3.2.2. ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE

- Redefinir da territorialização dos Programas da Atenção Primária à Saúde (APS), tendo como sua ação prioritária a Estratégia Saúde da Família (ESF), para a adequação das ações e serviços elegíveis da APS em todo o território da Rede de Atenção à Saúde (RAS) do município.
- Reformar e ampliar das Unidades Básicas de Saúde (UBS) para melhoria do atendimento à população.
- Construir, reformar, adaptar e recuperar as Unidades Básicas de Saúde, priorizando aquelas nas áreas descobertas do município de Santana
- Implantar a Academia de Saúde polo Ilha de Santana.
- Adquirir materiais de apoio para o trabalho em território das Equipes Saúde da Família (ESF).
- Captar de recursos visando a construção de prédios para os serviços dos eixos assistenciais.
- Instituir atendimento ambulatorial das 18h às 00h em uma unidade de referência de forma estratégica.

3.2.3. SAÚDE BUCAL

- Ampliar o atendimento odontológico mediante estudos que viabilizem horários alternativos e o atendimento de urgência odontológica 24h, vinculado à Unidade de Pronto Atendimento.

- Ampliar consultórios odontológicos nas Unidades Básicas de Saúde para suprir a demanda dos atendimentos, aumentando assim a oferta de vagas.
- Manter atendimento odontológico às pessoas com deficiência no CEO.

3.2.4. VIGILÂNCIA EM SAÚDE- CVS

- Estruturar e fortalecer as Vigilâncias em Saúde.
- Investir na capacitação da rede de serviços de saúde para a execução das ações de vigilância em saúde.
- Garantir o fortalecimento das Vigilâncias em Saúde através de capacitação das normas e diretrizes ministeriais, objetivando oferecer um atendimento eficaz à população.
- Promover parcerias com o Governo do Estado para oferecer cursos para capacitação na atuação dos agentes de saúde.
- Fortalecer a integração entre as Vigilância do Trabalhador, Epidemiológica, sanitária e Ambiental objetivando melhor eficiência nas atividades de equipe.

3.2.5. MÉDIA COMPLEXIDADE

- Implantar as Práticas Integrativas e Complementares no Sistema Único de Saúde (PNPIC), enfatizando a escuta acolhedora, a construção de laços terapêuticos na Policlínica de Saúde Maria Tadeu.
- Reestruturar a Rede Assistencial no âmbito municipal a fim de oferecer ao usuário um atendimento integral.
- Estruturar a Saúde Mental, buscando parcerias com profissionais qualificados em inteligência emocional, desde a infância até a fase avançada, através de instituições de ensino superior com objetivo de atender o usuário de maneira eficaz e célere.
- Apoiar profissionais para educação continuada, oferecendo suporte para a realização de cursos e capacitações a fim de ofertar um atendimento eficiente.
- Buscar parcerias e realizar capacitação para formação de profissionais a fim de conscientizar sobre o melhor atendimento ao Transtorno do Espectro do Autista.
- Reformar e ampliar o Centro de Especialidade de Reabilitação Mário Dias Tavares a fim de oferecer melhor condição de atendimento ao usuário com Transtorno do Espectro Autista.
- Concluir a obra da piscina do Centro de Especialidade de Reabilitação Mário Dias Tavares oportunizando atendimento aos usuários com necessidade de reabilitação aquática.
- Promover a realização de exames de imagem para prevenção de câncer de mama e de útero em mulheres a partir de 30 anos de idade.
- Reformar e ampliar as policlínicas com a construção de uma sala de fisioterapia e atendimento infantil.

- Concluir a Unidade de Pronto Atendimento Adulto e Infantil 24 horas.
- Manter e apoiar as atividades do Departamento de Regulação; Assegurar a pactuação para atendimento das urgências pelo Serviço de Atendimento Móvel de Urgência SAMU.
- Manter o serviço de ultrassonografia nas policlínicas e no Centro Diagnóstico da Mulher.
- Aumentar a oferta de exames de eletrocardiograma nas Policlínicas Dr Alberto Lima e Maria Tadeu, objetivando atender os usuários em pré-consulta com cardiologista.
- Adquirir equipamentos para o Centro de Especialidade de Reabilitação Mário Dias Tavares.
- Viabilizar acordo intermunicipal para oferta de serviço de mamografia.
- Ampliar o Centro de Especialidade em Reabilitação Mário Dias Tavares com um consultório odontológico para pessoas com deficiência.
- Adquirir Unidade Móvel de Saúde (SAMU).
- Adquirir equipamento e material permanente para unidade de Atenção Especializada em Saúde CAPS AD: central de ar, poltronas, fogão, geladeira, esteira ergométrica, esteira, bicicleta ergométrica vertical.
- Adquirir veículo de passeio para pacientes e transporte de equipe do CAPS AD.
- Adquirir laptops para apoio para a Policlínica de Especialidades Maria Tadeu.
- Adquirir micro-ônibus para apoio aos serviços da Policlínica Maria Tadeu.
- Adquirir micro-ônibus com acessibilidade para apoio aos serviços da Policlínica Alberto Lima.
- Aumentar a oferta de exames laboratoriais em consonância à especialidade.
- Construir a UPA 24h

3.2.6. ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA

- Desenvolver aplicativos móveis e plataformas online para fornecer informações sobre medicamentos, agendar consultas farmacêuticas e acompanhar o tratamento dos pacientes de forma remota.
- Reformar o Centro de Abastecimento Farmacêutico do Município de Santana, a fim de proporcionar uma estrutura verticalizada, com espaço adequado para imunobiológicos, insulinas, medicamentos controlados e o ambiente do componente especializado. O objetivo é armazenar medicamentos em maior quantidade, garantindo maior eficiência e durabilidade dos medicamentos e insumos.
- Implantar o Programas de Descarte Seguro de Medicamentos Vencidos nas unidades de saúde, promovendo conscientização ambiental e prevenindo a automedicação.

- Ofertar serviços de atendimento farmacêutico domiciliar para pacientes acamados, idosos ou com mobilidade reduzida.
- Implementar o programa Farmácia Viva para cultivo de plantas medicinais utilizadas na produção de fitoterápicos. Incentivar a participação da comunidade local na manutenção e cultivo das plantas medicinais.

3.3. ASSISTÊNCIA SOCIAL

A política municipal de assistência social é crucial para proteger os direitos dos cidadãos. Baseada na Constituição Federal de 1988 e na Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), ela vai além do assistencialismo, focando na prevenção e enfrentamento a vulnerabilidades. O Sistema Único de Assistência Social (SUAS), presente no âmbito municipal, cria uma rede de serviços essenciais. Assim, o Município desempenha um papel fundamental na promoção da justiça social e na garantia dos direitos de todos.

- Combater o trabalho infantil e a exploração sexual.
- Orientar a prevenção de alcoolismo e da dependência química.
- Revisar o Cadastro Único para inserção nos programas sociais, fazendo a busca ativa para incluir pessoas atualmente afastadas dos programas pela falta de acesso à informação.
- Capacitar os conselheiros tutelares para atuação correta e efetiva em suas funções.
- Implementar programa para melhoria dos domicílios em áreas carentes.

3.4. SEGURANÇA PÚBLICA MUNICIPAL

- Implantar a Guarda Municipal de Santana, que terá como competência prevenir e garantir a proteção da população que faz uso dos bens, instalações e serviços municipais. Além disso, a Guarda Municipal também deverá colaborar com a resolução e pacificação de conflitos de modo a garantir o respeito aos direitos fundamentais do cidadão.
- Proteger o patrimônio do município, seja ele histórico, cultural, ecológico, ambiental ou arquitetônico.
- Garantir ação preventiva com vídeo monitoramento permanente de espaços estratégicos no município, áreas internas e externas dos órgãos municipais, centros comerciais de Santana, rede bancária, dentre outras. Implantar a filosofia de policiamento comunitário, inclusive, com locomoção também em bicicletas.
- Garantir a valorização da Guarda e estabelecer convênios com instituições públicas, visando a formação continuada em nível de segurança, bem como a criação de um Programa Permanente de Atualização – PPA, dando-lhes condições para o desempenho dos serviços e equipando com veículos automotivos, bicicletas, rádios comunicadores e EPIs, assim como articular junto à bancada federal recurso para construção e aparelhamento do prédio do Comando da Guarda Civil Municipal de Santana.

4. DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Santana é um importante vetor de desenvolvimento econômico do estado do Amapá e considerado um entreposto logístico estratégico da articulação regional do Norte do Brasil, pois suas condições geográficas favoráveis à navegação, reconhecidas antes mesmo do Amapá existir,

favorecem ambientes de negócios ligados a sistemas logísticos em diferentes escalas. A extensa área que margeia a cidade, apta aos serviços portuários, favorece o município e o qualifica como importante entreposto de cargas na região. Por Santana circulam anualmente aproximadamente R\$ 13 bilhões em produtos manufaturados. Parte significativa destas mercadorias são destinadas a abastecer o mercado das ilhas do Pará, porém, é importante destacar que a maior parte do comércio atacadista se localiza na cidade de Macapá.

A revisão do Plano Diretor de Santana, em andamento, prevê a ampliação das zonas de interesse portuário, o que permitirá a implantação de novos terminais portuários, além dos que já se encontram em avançado processo de licenciamento ambiental. A requalificação da Zona de Interesse Portuário, favorecendo a ampliação da logística portuária internacional, além de fomentar a implantação de novos negócios, em especial a indústria de transformação, favorece também a implantação de negócios vinculados à economia digital, focada na melhoria da produtividade da indústria e serviços locais.

A ampliação de estruturas portuárias focadas no transporte local de carga e passageiros tende a ampliar a circulação de riqueza no município e gerar oportunidade de emprego e renda para a população residente no município, favorecendo a verticalização de produtos oriundos da biodiversidade regional. A bioeconomia tem se destacado como um importante ativo no PIB do estado do Amapá e do município de Santana, em especial o beneficiamento de açaí, que encontra suas principais unidades fabris em nosso município, agregando tecnologias, ampliando o valor agregado do produto, alcançando, inclusive, mercados internacionais.

Gerar oportunidade de emprego e renda são marcas que a SANTANA DO FUTURO quer consolidar. Vencida a Pandemia da COVID-19, mas não seus efeitos, pretende-se consolidar ações focadas na geração de emprego, oriundos das novas oportunidades que estão surgindo nos grandes negócios em implantação no estado e no município, mas é importante também promover ações que favoreçam os pequenos negócios, em especial os focados na economia criativa e na economia circular.

A Santana do futuro fortalecerá negócios já tradicionais existente em seu território, mas também incentivará a melhoria da produtividade e da inovação. A SANTANA DO FUTURO: oportunizará a criação de um ambiente favorável de negócios; ampliará a capacidade da mão de obra local; promoverá pequenos negócios; ampliará a capacidade dos negócios locais; aumentará a produtividade na economia rural; incentivará a implantação de negócios de base tecnológica; e aprimorará a capacidade de atuação dos serviços logísticos e portuários.

Reduzir a burocracia, facilitar o processo de abertura de empresas e promover o desenvolvimento regional de forma equilibrada são algumas das premissas que norteiam o desenvolvimento do município. O objetivo é tornar Santana cada vez mais atraente aos investidores e possibilitar, desta forma, a geração de mais empregos e renda para a população do Município. A proposta deste eixo é fortalecer as políticas já implementadas no município focadas nas médias e grandes empresas, sem ignorar a força das micro e pequenas bem como suas necessidades de fomento para crescerem e se desenvolverem.

Na Santana do futuro queremos promover o desenvolvimento sem perder de vista o potencial que vem dos negócios regionais. Atualmente, parte do PIB de Santana está ligado às atividades de comércio e tem neste segmento o maior empregador do município. Entendemos

que as duas frentes do segmento de comércio, tanto os varejistas como os atacadistas, têm sua complementariedade e são importantes elementos na construção de uma SANTANA DO FUTURO, sendo nosso papel o de fortalecer este segmento com ações que qualifiquem as organizações locais e promovam a inovação tecnológica do setor, ampliando a competitividade com outros mercados fora de nosso estado que utilizam canal de vendas virtual.

Outro seguimento importante no eixo econômico é a Economia Circular, definida como o ambiente econômico onde os resíduos de uma atividade são insumos para a produção de novos produtos. O eixo propõe uma mudança nas cadeias de produção e busca conciliar o crescimento econômico, a sustentabilidade e o bem-estar da sociedade e, de modo geral, envolve uma transformação na extração dos recursos, na forma com que os resíduos são eliminados e nas lógicas de consumo. A proposta da SANTANA DO FUTURO é fortalecer negócios que utilizem o conceito de economia circular, estabelecendo ações que favoreçam a criação e manutenção, estimulando emprego e renda com um novo modelo de negócios.

Os pequenos negócios, são o foco da atuação do governo municipal, pois através deste segmento há ampliação da capacidade produtiva de pequenos municípios. Parte significativa da economia dos pequenos negócios são favorecidos por cidades que estimulam a economia criativa. Economia Criativa é um termo criado para nomear modelos de negócio ou gestão que se originam em atividades, produtos ou serviços desenvolvidos a partir do conhecimento, criatividade ou capital intelectual de indivíduos com vistas à geração de emprego e renda.

Nos últimos anos, o Município desenvolveu políticas de fortalecimento da economia criativa que favoreceu a promoção de pequenos negócios, o aumento de receita e o aprimoramento na qualidade dos serviços ofertados como: RÉVEILLON DE SANTANA, que promove atrações para o público com artistas locais e nacionais; COMEMORAÇÃO DA CRIAÇÃO DO POVOADO DE SANTANA, na Ilha de Santana, no dia 04 de fevereiro; CARNAVAL DE SANTANA, que, com o modelo de carnaval micareta, atrai um número significativo de pessoas; SANTANA CIDADE JUNINA, que promove a cultura e incentiva pequenos negócios movimentando a economia local com as festividades juninas; o SANTANA VERÃO que, ao longo do mês de julho promove atividades esportivas e culturais em várias áreas do município de Santana; o FÉ e TRADIÇÕES, conjunto de ações que ocorrem durante o ano em várias comunidades do município e na área urbana, onde são promovidas atividades que valorizam a religiosidade e tradição da população de Santana e as ações das festividades de dezembro que, atualmente, são denominadas VIVA SANTANA, em alusão à data de 17 de dezembro que comemora a criação do município, onde são realizados vários eventos entre eles o INOVATEC e o festival gastronômico SABORES DE SANTANA. A intensão é continuar promovendo ações que favoreçam a economia criativa.

Apesar de entendemos que a promoção da cultura e da memória afetiva são importantes elementos para a economia, entendemos que é necessário também estimular a inovação por meio da economia digital, economia baseada no uso intensivo de tecnologias digitais, como inteligência artificial, big data, banco de dados, entre outros processos de negócio. Esses recursos permitem criar modelos de empreendimento, produtos, serviços e processos, que geram valor para os clientes e para a sociedade. A Santana do futuro entende que as cidades que mais devem evoluir são as que intensificam a ofertas de incentivos e insumos destinados a negócios focados na economia digital. Para tanto, iniciativas como a LEI DA

INOVAÇÃO, a LEI DO 5G e o Projeto Cidade Inteligente tendem a favorecer o melhor ambiente de negócios para este segmento em Santana.

Apesar da pouca contribuição no PIB do município, a produção rural tem papel relevante para a segurança alimentar, possibilitando e garantindo o acesso a alimentos frescos e saudáveis para a população. Para assegurar uma produção mais efetiva da atuação rural é necessário assegurar a regularização fundiária, o CADASTRO AMBIENTAL RURAL – CAR e o levantamento da produção e produtividade da área. As atividades no meio rural também favorecem a ampliação da cadeia de turismo focada no ambiente natural, favorecendo a implementação de uma cadeia de negócios que tende a crescer no município.

PROPOSTAS PARA ÁREA ECONÔMICA

- Aprimorar o ambiente favorável de negócios, garantindo segurança jurídica, incentivo fiscal e ambiente de inovação. Implementar a Lei de Inovação e a Lei de Atração de Investimento, efetivar o CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO e ampliar a atuação da SALA DO EMPREENDEDOR são importantes exemplos.
- Promover a área portuária como um polo de desenvolvimento econômico e logístico de Santana, por meio de parcerias com entidades do setor privado, para captação e investimentos na área portuária.
- Criar políticas de regulamentação e de incentivos para o setor pesqueiro, em parceria com órgãos estaduais e federais que atuam no setor, incentivando a criação de infraestruturas voltadas ao setor pesqueiro, como a criação de fábrica de gelo e postos de combustíveis; a promoção de treinamento e qualificação de trabalhadores da pesca artesanal para a indústria de pesca, dando suporte técnico para aquicultores por meio de parcerias, incentivando a criação e o fortalecimento de cooperativas/associações de pescadores.
- Valorizar o comércio local, integrando suas programações com as das instituições representativas, bem como apoiando as realizadas pela iniciativa privada, visando estimular o consumo de produtos e serviços locais, gerando um ciclo virtuoso de aumento de faturamento, geração de empregos e incremento na arrecadação de impostos.
- Enquadrar as empresas da economia circular, em especial aquelas que atuam com reciclagem e reutilização de subprodutos oriundos das indústrias locais, dentro dos incentivos econômicos e fiscais previstos para o setor de inovação, incluindo apoio à rastreabilidade dos insumos.
- Incentivar políticas de compras públicas que priorizem produtos e serviços sustentáveis e de ciclo de vida longo, incluindo critérios ambientais nos processos de licitação e contratação pública, quando for possível.
- Implantar a parceria público privada “Santana Cidade Inteligente”, integrando a infraestrutura do “Santana Inteligente” aos *hubs*, parques, polos e incubadoras tecnológicas a serem implantados na sede municipal.
- Aprimorar o Programa Santana Agro com aquisição e disponibilização de novas patrulhas mecanizadas agrícolas; recuperação de estradas de acesso às áreas rurais; apoio à

verticalização de produtos da agricultura familiar; e apoio à validação do CAR dos lotes rurais localizados no município de Santana.

- Fortalecer o Programa Aquisição de Alimentos - PAA e o Programa Nacional de Alimentação Escolar- PNAE.
- Qualificar e ampliar espaços projetados para a produção e distribuição de produtos e serviços da economia criativa, da agricultura familiar e da economia circular.
- Promover eventos festivos que valorizem o empreendedorismo com produtos da agricultura familiar, da economia criativa e da economia circular e favoreçam o segmento turístico no município.

5. DESENVOLVIMENTO URBANO E

O Censo de 2022, realizado pelo IBGE, apresentou uma ligeira queda no crescimento da população urbana no município de Santana. Entretanto, ainda permanece a elevada taxa da população morando no espaço urbano, fenômeno equivalente aos padrões do Brasil e do mundo. Se, por um lado, o elevado número de pessoas morando na área urbana facilita a elaboração e a execução de políticas pública, por outro, exige do poder público mais rápidas respostas aos desafios na gestão do espaço.

Em Santana, a gestão do espaço ganha amplitude por se tratar de um importante território de articulação entre o Amapá e as demais regiões do Brasil e do mundo, por ser a porta de entrada e de saída das principais riquezas do estado e utilizada para escoamento da produção de grãos dos estados do centro-oeste brasileiro. Além disso, Santana ocupa posição estratégica na dinâmica urbana da Região metropolitana de Macapá, capital do estado do Amapá, pois juntos os dois municípios concentram aproximadamente 80% da população do estado (CENSO 2022) e performam 77% do PIB do Amapá (SEPLAN, 2021).

As características geográficas de Santana que, por uma lado, favorecem o município na dinâmica econômica, por outro, trouxeram para as proximidades da sua área portuária elevado contingente populacional com baixa renda o que, por ausência de políticas integradas desde a sua implantação como município, não favoreceu a organização do espaço urbano, ocasionando um elevado número de pessoas morando em áreas desestruturadas e com baixo acesso a infraestruturas urbanas, especialmente as áreas úmidas e canais. Em termos de gestão do espaço urbano, a gestão dos canais e das águas fluviais e pluviais são alguns dos aspectos que mais afetam a cidade de Santana. Além disso, as alterações climáticas e a geração de efeitos climáticos extremos recorrentes, seca no período de estiagem e alagamentos no período de chuva, ampliam a desestruturação do espaço urbano e a baixa qualidade de vida nestes espaços.

Aproximadamente um terço da população urbana de Santana mora em áreas inadequadas. De acordo com dados levantados no diagnóstico do Plano Diretor em revisão, há oito áreas com moradias construídas em espaços desestruturados, a maioria em ressacas, áreas que, além de serem propensas a alagamentos, são ambientes sensíveis e importantes no resfriamento e absorção de chuvas intensas, que tendem a se ampliar com o aquecimento global. É papel do Estado, nas suas diferentes estruturas de governo, apoiar a implantação de infraestrutura de habitação para populações mais fragilidades. Mas também é necessário estabelecer padrões de construção que se adequem à realidade local e não comprometam a

renda familiar, além de estabelecer diretrizes nos processos de construção, incentivando a construção de estruturas habitacionais que não impactem o meio ambiente e contribuam com a estética urbana da cidade.

Assegurar que o espaço urbano continue promovendo geração de emprego e renda para a SANTANA DO FUTURO é o que queremos, mas não podemos desistir de garantir espaço digno de morar e qualidade de vida para populações residentes na nossa cidade. Assim, além da moradia digna, é necessário assegurar espaços coletivos acessíveis à população para o uso em práticas esportivas, culturais e de lazer, com implantação de infraestruturas urbanas públicas destinadas a estas práticas de forma territorializada, assegurando espaços convidativos ao entretenimento para os munícipes e para visitantes. Além disso, é necessário garantir a implantação de equipamento comunitário em área próxima ao local de moradia, fortalecendo o sentimento de pertencimento ao local, além de possibilitar acesso à cultura e ao lazer a populações de baixa renda, com baixa mobilidade e com dificuldade de deslocamento.

A população de Santana merece e deve ter condições de se deslocar pela cidade, usando qualquer meio de transporte, sem correr risco de segurança em seu deslocamento. Para tanto, é preciso assegurar a oferta de ruas pavimentadas e sinalizadas, transporte coletivo e faixas exclusivas para ciclistas, bem como prover calçadas que facilitem o deslocamento para quem tem baixa mobilidade. Um sistema de mobilidade eficiente contribui para uma melhor qualidade de vida da população, reduz o estresse e a fadiga relacionados a deslocamentos demorados e congestionados, promove um ambiente urbano mais limpo e saudável e melhora o acesso a serviços e atividades que enriquecem a vida das pessoas.

É papel do Município também assegurar um sistema de iluminação que forneça luz nas ruas, praças e outros espaços públicos, com o objetivo de melhorar a segurança, a mobilidade e o conforto dos cidadãos. O sistema composto por postes, luminárias, lâmpadas, cabos elétricos e outros componentes permite a distribuição da luz de forma uniforme e eficiente. A iluminação pública também desempenha um papel importante na promoção da vida noturna em áreas urbanas, tornando-as mais atraentes e seguras para os moradores e visitantes, além de contribuir para a redução da criminalidade e de acidentes de trânsito.

Apesar do papel secundário, a política de segurança pública, definida como um conjunto de medidas de precaução que garantem a proteção da população – salvaguardando as pessoas de danos e riscos eventuais à vida e ao patrimônio, como crimes, desastres e outros perigos e ameaças potenciais, também está no escopo das responsabilidades do Municípios. Mesmo sem negar que o papel dos governos estaduais na segurança pública continua preponderante, ele tem passado por uma considerável relativização nos últimos quinze anos com a ampliação da participação ativas dos municípios quanto aos instrumentos que fortalecem a segurança pública. A implantação da Guarda Municipal é um destes instrumentos, apesar de ter a função de proteção do patrimônio público, sua presença tende a evitar o cometimento de crimes, por ser constituída de indivíduos uniformizados, destacando-se, também, a possibilidade das Guardas Municipais fazerem uso das imagens geradas através do sistema de vigilância eletrônica, orientando a sua ação, tanto em termos de prevenção de crimes quanto no que diz respeito à repressão de atos de vandalismo e de violências nas escolas.

Compete também ao Município, de acordo com a Constituição Federal de 1988, a execução da limpeza urbana (CF, Art. 30, 1988). A SANTANA DO FUTURO tem o objetivo de fornecer melhores condições de higiene na cidade, com foco na saúde coletiva, na conservação

das áreas públicas e na estética urbana. A limpeza urbana envolve mais do que apenas o recolhimento de resíduos e a varrição de ruas, implica também em diversas ações de manutenção de limpeza pública, incluindo parques, praças, capinas de ruas, podas de árvores e até mesmo limpeza de bueiros. Considerado um serviço essencial à população, todas as atividades são realizadas para que as cidades permaneçam sempre preservadas, limpas e seguras para a população.

A ausência de uma boa política urbana resulta na produção de cidades com vários problemas socioambientais. A organização de instrumentos de gestão facilita a compreensão do uso da cidade e estabelece regras que contribuem para a qualidade de vida de quem habita a cidade, mas também estabelece normas claras para quem pretende investir. A SANTANA DO FUTURO tem seu arcabouço legal atualizado e compatível com as necessidades atuais e futuras, garantindo a gestão democrática da cidade, utilizando os instrumentos de planejamento e gestão do território que assegurem o pleno exercício da cidadania, a sustentabilidade econômica e ambiental, para o desenvolvimento de suas funções sociais e melhoria da qualidade de vida de seus moradores.

A base da Santana do Futuro deverá ser assegurada por: população morando em habitações dignas; equipamento públicos disponíveis e de fácil acesso para a população; espaços urbanos limpos, seguros e iluminados; facilidade de deslocamento em todos os espaços; e gestão eficiente dos recursos.

PROPOSTAS

- Intensificar ações de limpeza de canais, de forma a prevenir alagamentos, além de ampliar a cobertura de micro e macrodrenagem urbana.
- Identificar áreas para construção de habitações populares com qualidade e dignidade, conectadas com a revisão do Plano de Habitação de Santana e a implantação de programa de habitação de interesse social, destinado a famílias que moram em ambientes irregulares e desestruturados, com padrão de construção que valorize aspectos locais e a sustentabilidade econômica, ambiental e social.
- Incentivar a promoção de parcerias destinadas à revitalização das áreas com moradias em ambientes desestruturados e à requalificação habitacional, com apoio à elaboração de projetos realizados em parceria com instituições de ensino.
- Ampliar a oferta de espaços públicos - praças, parques e academias - na zona urbana, aproveitando as áreas ociosas existentes na cidade; manter o patrimônio público com melhorias e conservação.
- Promover recuperação arquitetônica e paisagística dos logradouros públicos, garantindo o embelezamento de nossa cidade bem como o ordenamento de espaços para comercialização de produtos, o que proporcionará o desenvolvimento econômico em seu entorno, além de contemplar lazer e entretenimento para as famílias santanenses.
- Aprimorar a mobilidade urbana com pavimentação de qualidade das vias urbanas, com asfalto e bloquetes de concreto; promover projetos de segurança no trânsito, com destaque para faixas de pedestres, ciclofaixas, ciclovias, sinalização horizontal

e vertical e sinalização semafórica; garantir acessibilidade aos logradouros públicos; e requalificar os sistemas viários, estabelecendo corredores de transporte de carga

- Implantar sistema de transporte coletivo visando atender o direito de ir e vir dos cidadãos santanenses, exigindo a prestação de serviços de qualidade à comunidade, com elevadores de acesso a cadeirantes e frota renovada, com uso de combustível que não agride o meio ambiente.
- Aprimorar o serviço de iluminação pública com a utilização de lâmpadas de LED, proporcionando aos munícipes uma iluminação de qualidade, que resultará em mais segurança para as pessoas.
- Promover ações que ampliem a segurança no município como implantação de Central de Monitoramento Remoto das Vias Públicas; elaboração do Plano Municipal de Segurança Pública programas nas escolas focados na criação de medidas que ajudem a reduzir ações violentas; realização de concurso para Guarda Municipal; instalação de câmeras de segurança nas vias públicas.
- Aprimorar a coleta diária de resíduos urbanos e a limpeza de praças, ruas e canais da cidade, promovendo ações de conscientização da gestão de resíduos e a implantação de pontos de coletas seletivas e de aterro sanitário.
- Atualizar os instrumentos legais de ordenamento do espaço, como o Plano Diretor e novos marcos regulatórios do uso e ocupação da cidade; o Plano de Mobilidade; atualizar o Plano de Habitação de Interesse Social; aprovar novos marcos regulatórios do uso e ocupação da cidade; o Plano Municipal de Saneamento Urbano.

6. DESENVOLVIMENTO

As mudanças climáticas e seus efeitos na rotina da vida da população nos impõem pensarmos a sustentabilidade ambiental como uma ação estratégica de governo. O mundo passa por um processo de transição decorrente das alterações climáticas que devem afetar significativamente a vida no planeta e a sua consequente necessidade de adaptações. Além do imperativo de realizar esforços para contribuir com a não ampliação da temperatura do planeta, as cidades cada vez mais têm o desafio de enfrentar os impactos dos fenômenos climáticos extremos.

A SANTANA DO FUTURO que queremos possui um ambiente adequado para as pessoas aqui viverem e produzirem. Apoia o desenvolvimento, mas protege o modo de vida que conhecemos. Se propõe a estabelecer condições para que, em períodos de chuvas e no verão amazônico, não tenhamos catástrofes climáticas.

A SANTANA DO FUTURO aplica corretamente a legislação na implantação de negócios; tem seus ambientes naturais preservados e usufruídos pela população; destina corretamente seus resíduos; incentiva práticas sustentáveis, favorecendo a qualidade de vida para populações atuais e futuras; contribui para o controle das emissões de gases tóxicos nocivos ao meio ambiente; e atua preventivamente e corretivamente em áreas impactadas pelos efeitos climáticos extremos.

6.1. GESTÃO AMBIENTAL

Neste subeixo, defendemos ampliar a capacidade de atuação da estrutura atual existente destinada à gestão ambiental no município, aprimorando a capacidade de

atendimento aos usuários do setor, apoiando iniciativas de melhoria na produtividade e geração de empregos, sem renunciar ao controle dos mecanismos necessários de controle ambiental.

- criar estrutura autônoma de gestão ambiental.
- ampliar a equipe técnica efetiva do setor.
- estruturar sistema de monitoramento eficaz na gestão ambiental.
- promover a participação efetiva por meio de representatividade colegiada.

6.2. ÁREAS PROTEGIDAS E SERVIÇOS AMBIENTAIS

Atualmente, o município conta com apenas a RPPN REVECOM como área protegida nos seus 1.541,224 km de extensão. Nossa proposta é criar mecanismos adequados para apoiar a iniciativa da reserva existente e ampliar a extensão de áreas protegidas. Além disso, nos propomos a identificar e estimular a recuperação de ambientes degradados e mata ciliar, ampliando a prestação de serviços ambientais no município.

- identificar e requalificar áreas degradadas no município.
- aderir a programas de estímulo à manutenção e recuperação de reserva legal.
- propor a criação de unidade de conservação urbana no município.
- identificar oportunidades de financiamento de serviços ambientais.

6.3. GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

A gestão de resíduos é mais do que o recolhimento adequado e a destinação dos resíduos, ela passa também pelo incentivo ao reuso e reciclagem. Nossa proposta envolve a criação de aterro sanitário adequado, com espaço de apoio à reciclagem e à economia circular. Somos favoráveis à transformação de materiais que hoje impactam o meio ambiente em insumos para produtos verdes.

- implantar pontos de coletas.
- criar projeto de reciclagem de resíduos sólidos.
- criar programa de incentivo para negócios sociais da economia circular.

6.4. EMISSÃO DE GAZES DE EFEITO ESTUFA

Dados do Painel Global pelo Clima atribui às cidades o maior impacto da emissão de Gases do Efeito Estufa (GEE). O acelerado processo de urbanização contribuiu para o uso de combustíveis fósseis, principal fator no aumento das emissões e da alteração do clima. Assim, as prefeituras têm papel elementar na construção de práticas locais em favor do clima. Para colocar em prática as ações locais pelo clima é necessário compreender o perfil de emissões, ou seja, quais são as principais fontes e atividades que geram as emissões de GEE dentro das fronteiras geográficas. Compreender as emissões oriundas do desmatamento, do consumo de combustíveis, dos processos industriais, das atividades agropecuárias e/ou do tratamento de resíduos é o primeiro passo para a cidade planejar sua estratégia de enfrentamento à crise climática.

- Articular parceria entre os órgãos públicos, organizações não-governamentais e empresas para produção de árvores frutíferas e ornamentais destinadas ao uso da Prefeitura para arborização da cidade e para a comunidade;
- Criar o Horto Municipal.
- Estabelecer parcerias para iniciar o programa NET ZERO Santana.
- implantar programa de incentivo ao Carbono Zero em Santana.

6.5. PRÁTICAS SUSTENTÁVEIS

De acordo com o Censo de 2022 (IBGE, 2022, Santana tem, atualmente, cerca de 98% da população vivendo no espaço urbano, o que amplia a necessidade da promoção de estímulos a práticas sustentáveis no espaço urbano. Dados do Painel Global do Clima estabelecem que, nas áreas urbanas, o uso de energia de fontes não renováveis são os que mais afetam a produção de gases do efeito estufa, ampliando a temperatura no planeta. Por sua estrutura portuária significativa, por onde entram e saem as riquezas do estado, Santana tem um número considerável de veículos de carga circulando em seu território. Além disso, o adensamento da população em espaço urbano e os serviços estatais favorecem a ampliação da necessidade do consumo de energia, em especial nos períodos de calor intenso. Promover ações que favoreçam a diminuição de gases do efeito estufa, mas sem afetar o processo produtivo do município e necessário e essencial para a SANTANA DO FUTURO. Denominaremos o conjunto das ações ambientais de “Projeto de Cidade Verde”, que oportunizará a participação de toda a sociedade civil organizada em sua construção e execução.

- requalificar e ampliar o número de ciclofaixas e ciclovias no município.
- implantar sistemas de energia renováveis nos espaços e estruturas públicas.
- Implantar o projeto de arborização denominado "Onda Verde" nas principais vias urbanas.
- Realizar campanha para o uso alternativo de bicicletas como meio de transporte.
- Acelerar a regularização fundiária para garantir segurança jurídica aos empreendedores e investidores.
- Elaborar projetos para captação de recursos junto aos governos Federal e Estadual para realizar o licenciamento prévio das áreas de interesse portuário.
- Ampliar parceria com universidades para projetos e serviços ambientais de extensão e pesquisa.
- Promover projetos de educação ambiental nas escolas municipais.
- Promover gestão junto aos entes responsáveis pela gestão ambiental e para a realização do ordenamento territorial voltado para o desenvolvimento econômico e socioambiental do município.

6.6. CIDADES RESILIENTES

Pelo mundo inteiro, as cidades são desafiadas pelo aumento do risco de desastres e de mudança climática. Não podemos mais nos permitir uma abordagem setorializada da redução de risco, que não contemplaria a natureza sistêmica do risco ou as responsabilidades compartilhadas entre prestadores de serviço público, empresas e sociedade. As cidades devem se planejar, não apenas

para reduzir o risco, mas para investir na construção de resiliência, permitindo que sistemas, serviços e pessoas respondam à crise, lidem com choques e tensões, e se recuperem.

- identificar e monitorar áreas propensas a riscos.
- implantar comitês locais e fornecer treinamento e ferramentas para responder a desastres e riscos climáticos.
- implantar soluções de infraestrutura resiliente em espaços propensos a riscos.
- identificar habitações em áreas de riscos e implantar programas habitacionais que promovam o conforto climático e a sustentabilidade.